

ALTERNATIVAS

Governo negocia mudanças na reforma da Previdência

Temer pode abrir mão de elevar a idade mínima de acordo com a expectativa de vida

« O governo pode abrir mão do gatilho previsto na proposta de reforma da Previdência para elevar a idade mínima para aposentadoria de acordo com a expectativa de vida do brasileiro.

Pelo texto enviado ao Congresso, esse mecanismo seria acionado sempre que a expectativa de sobrevivência no país - projeção de quanto tempo a pessoa vai viver após completar 65 anos, que atualmente é de 18 anos - aumentar em um ano.

As projeções apontam que isso aconteceria na virada de 2030, quando esse gatilho aumentaria a idade mínima de 65 para 66 anos. A mudança faz parte de uma série de concessões em estudo para facilitar a aprovação da proposta no Legislativo.

Outro ponto em discussão diz respeito às mudanças previstas para benefícios assistenciais (BPC-Loas). Pela proposta original, esses



Atendimento em agência do INSS: alterações em requisitos para se aposentar

benefícios deixariam de ser vinculados ao salário mínimo e teriam aumento gradual da idade para receber o auxílio, dos atuais 65 para 70 anos. O Executivo tende a recuar e deixar essa questão para ser tratada posteriormente.

Apesar do discurso oficial contrário a alterações na regra de transição, como de-

TRANSIÇÃO

20

anos
É o período previsto como fase de transição, no projeto enviado pelo governo federal.

fendem os parlamentares, o governo também já trabalha em uma proposta alternativa, mas dura, para esse mecanismo. O projeto do governo prevê que homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 anos terão de cumprir a idade mínima de 65 anos para se aposentar. Ou seja, serão submetidos integralmente à

nova regra. A ideia é suavizar essa transição. Os detalhes estão sendo mantidos em segredo, para não prejudicar a negociação.

“A fase de transição não pode durar 30 anos, 40 anos, porque o país não pode esperar”, disse uma fonte envolvida nas discussões.

Pelo texto encaminhado ao Congresso, a fase de transição será concluída em 20 anos, quando todos estarão enquadrados nas mesmas regras. O objetivo é elevar a idade média de aposentadoria, atualmente em 58 anos, para 65 anos nesse período.

A equipe econômica também resiste a abrir exceção na reforma da Previdência a grupos diferenciados, como policiais civis, professores e mulheres. Se o governo ceder para uma categoria, vai abrir precedentes e, aí, não conseguiria mais segurar, segundo um assessor do presidente Michel Temer.

De acordo com essa fonte, no caso da transição, a ideia dos negociadores do texto no Congresso é apresentar ao governo uma pro-

posta que transforme o “degrau” em uma “rampa”.

A analogia é para explicar a diferença de tratamento, por exemplo, entre um homem de 50 anos e outro de 49: enquanto o primeiro está enquadrado nas regras de transição, o segundo ficaria submetido integralmente às regras mais rígidas, embora tenham apenas um ano de diferença na idade.

Ainda assim, a ordem é fazer contas e propor contrapartidas. Uma delas seria fixar uma idade mínima progressiva para os mais velhos (mais de 50 anos, no caso dos homens, e de 45 anos, no das mulheres).

A proposta atual não prevê idade mínima para esses trabalhadores, mas determina que, para se aposentar pelas regras atuais, eles paguem um pedágio de 50% sobre o tempo que faltar para requerer o benefício.

Técnicos do governo já avisaram que propostas para incluir na fase de transição todos os trabalhadores que já estão no mercado dificilmente serão aceitas. (AG)

Parlamentares preparam emendas

O Principal partido da base aliada, o PSDB decidiu que não vai encampar na íntegra a proposta de reforma da Previdência do governo.

A bancada foi a primeira a apresentar uma emenda ao texto, contrária às mudanças dos benefícios sociais, e está finalizando uma proposta de reforma alternativa ou pelo menos várias outras emendas que alteram pontos fundamen-

tais, como a regra de transição e o novo cálculo do benefício. Os únicos pontos de consenso na bancada são fixação de idade mínima, não necessariamente de 65 anos para aposentadoria, e as alterações nas pensões por morte.

Os capixabas também não concordam com o teor das medidas. Os deputados Paulo Foletto (PSB), Sérgio Vidigal (PDT) e Givaldo

Vieira (PT) já anunciam oposição total ao projeto, apontando uma série de prejuízos à população. Uma das pautas dessa ala é assegurar a diferenciação da aposentadoria rural em relação à urbana.

“Do jeito que está, seria melhor criar uma CPMF da Seguridade Social do que manter este projeto. Esta muito ruim o texto do Plano”, afirma Foletto.

Coordenador da bancada capixaba em Brasília, o deputado Marcus Vicente (PP) estuda apresentar emenda e diz que os deputados do PP ainda não fecharam posição sobre o projeto. Sérgio Vidigal também afirma que a bancada do PDT está toda contra o texto do governo, que estaria proibindo aliados de assinar emendas de colegas. Ele apresentou cinco emendas,

EDSON CHAGAS - 15/12/2015



Marcus Vicente diz que não fechou posição

inclusive uma para flexibilizar e “definir melhor” a questão da idade mínima para a aposentadoria.

Já o líder da Maioria na Câmara, Lelo Coimbra (PMDB) ressalta que o governo iniciou esta semana a estratégia de convencimento e esclarecimento de pontos polêmicos. Mesmo defendendo a manutenção do texto original, o parlamentar admite que haverá temas para negociações. (Rondinelli Tomazelli e agências)

Projeto evitará caos financeiro

O presidente Michel Temer disse que a reforma da Previdência evitará com que o país se transforme em estados com dificuldades financeiras, como o Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

“O governo mandou aquilo que acha necessário para que o Brasil não se transforme... Vou citar

aqui, com toda a liberdade, porque já está já devidamente publicizado, não é? Que é a história do Rio de Janeiro, a história do Rio Grande do Sul, a história de Minas Gerais... Estados que estão passando por grandes dificuldades, exata e precisamente em função do fenômeno previdenciário. Então o Brasil

não pode, daqui a quatro, cinco anos, transformar-se numa figura como está acontecendo com os estados brasileiros”, declarou e completou:

“Haverá objeções, observações lá no Congresso (à reforma)? Haverá, e é natural que haja. Nós precisamos dialogar, não é? Evamos até onde pudermos”.

OPINIÃO DA GAZETA

Debater sim, deformar não

« O Congresso é o espaço correto para o debate de ideias e projetos. É o caso da reforma da Previdência, encaminhada, em dezembro, pelo governo federal. É natural que a proposta não passe da forma como foi en-

viada, afinal, a sociedade, representada por deputados e senadores, sempre tem contribuições a dar. O que não pode acontecer é o desvirtuamento completo do projeto, de modo a perder sua essência, que é recolocar

as contas da Previdência no lugar. Lula e FHC, em seus governos, enviaram suas propostas, mas, consideradas duras demais, acabaram deformadas pelos parlamentares. O resultado dos erros lá de trás aparecem agora, a diferença é que o país não tem mais tempo a perder.